

Ata N.º	05/2015
Livro N.º	Folha N.º
6	

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 05/2015 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

----- Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se a quinta sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de novembro do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas e dez minutos, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.ª Secretária.-----

----- José Luís Lopes Ramos, 2.º Secretário.-----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa -----

----- Manuel Morais Ramos -----

----- António Manuel Rodrigues Coelho -----

----- Mário Jorge Martinho Morgado -----

----- Ilídio Silva Ferreira -----

----- José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- Paula Cristina Sá Nascimento -----

----- Rosa Maria Carvalho dos Santos, em substituição do membro Maria do Rosario Morgado Simões, com suspensão do mandato prevista até 23 de dezembro de 2015.-----

----- José Manuel Afonso Rodrigues -----

----- Diogo Martins Cardoso -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe; -----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; -----

----- Ilídio Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceu a reunião o membro Sr. Fernando da Costa Felix.-----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Esteve também presente na sessão a Vereadora a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr.ª Dr.ª Delfina Maria da Fonseca Gomes. -----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos:-----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- **1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso:** -----

----- **a) Expediente recebido** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 28 de setembro e 26 de novembro de 2015.--

----- **b) Justificação de Faltas de membros da Assembleia Municipal à Sessão do Órgão Deliberativo:**-----

----- Por requerimento registado em 27 de novembro 2015, o Sr. Fernando Costa Félix solicita de justificação de falta à sessão de hoje.-----

----- A Mesa da Assembleia deliberou por unanimidade e escrutínio secreto, aceitar o pedido e justificar a respetiva ausência. -----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”:** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os membros da Assembleia, como segue: ---

----- O Sr. José Manuel Correia Alves referiu o seguinte: -----

Relativamente ao programa de poupança energética a implementar na iluminação pública, solicitava ponto de situação sobre a sua concretização; Em relação à ligação da iluminação pública parece haver necessidade de afinação no horário de ligação/interrupção pelo que pedia a necessária atenção a essa situação. Felicito ainda o Município pela concretização deste projeto que além de permitir poupança energética trará melhores condições de iluminação nas ruas onde for implementado.

Ata N.º 05/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

Alertava para a falta de segurança e conflito rodoviário criado com a construção indevida de um muro de vedação na rotunda da ASSAP, na confluência do novo arruamento e sua ligação ao acesso para Alhais, uma vez que se encontra em cima da faixa de rodagem;

Relativamente ao licenciamento de algumas unidades agropecuárias, como os aviários, alertamos o Executivo Municipal para a necessidade de ser convenientemente avaliada a questão da produção de resíduos e a possibilidade de contaminação de linhas de água ou captações de interesse público, o que é muito desaconselhável e deveria ser impeditivo do licenciamento.

Somos a favor do desenvolvimento económico, nomeadamente e em especial no sector agropecuário que deve ser muito acarinhado no Município, mas não podemos deixar de mostrar preocupação com o assunto ambiental e de saúde pública. Ainda há algum tempo foi com preocupação e surpresa que pudemos constatar a construção de uma unidade avícola, de alguma dimensão, num terreno limítrofe ao do Município de Vila Nova de Paiva, que pensamos pertencer a Satão, num local desaconselhável por se situar na vertente para o Rio Paiva, próximo da Quinta da Azenha em Alhais, onde se faz a captação de água para a povoação.

Interrogo-me e queria perguntar se o Município de Vila Nova de Paiva teve conhecimento do assunto e de alguma forma se pronunciou acautelando o interesse público e a saúde e bem-estar dos nossos Municípes?”-----

----- O Sr. José Manuel Rodrigues, disse o seguinte:-----

“Intervenho neste ponto, por considerar que não obstante, a abordagem retratar o tema ORÇAMENTO DOS MUNICÍPIOS, não está enquadrado no ponto 2 alínea g).

Com esta abordagem, pretendo colocar a discussão desta assembleia e à consideração do executivo para implementação, no orçamento a elaborar no próximo ano de 2016 para o exercício de 2017.

Refiro-me à implementação de um Orçamento Participativo.

Integrar no Orçamento do Município, uma verba, do valor total a orçamentar, destinada a fazer face a projetos apresentados e selecionados pelos cidadãos nas mais diversas áreas de atuação da gestão do município, com base num regulamento previamente aprovado.

- Significa dar aos cidadãos a oportunidade de escolherem projetos apresentados pela comunidade, à sua medida contribuindo para aumentar a participação e confiança no Poder Local.

- Significa avançar com propostas para o território e decidir em comunidade quais as que devem ser implementadas.

Em Portugal nos últimos 2 anos, os Orçamentos Participativos, revelaram-se um instrumento fundamental para reconstruir a confiança entre os cidadãos e o poder político local.

Esta Assembleia e em especial o Executivo, têm que ter esta preocupação de evidenciar uma confiança e transparência perante a população que os elegeu.

E parece-me que a Implementação do OP, seria um sinal de maior Democracia – Democracia participativa, possibilitando a participação de todos quantos pretendam contribuir com as suas ideias para o desenvolvimento económico e coesão social do Município.

A julgar pelos exemplos de outros Municípios que já o implementaram, a participação tem-se revelado muito útil e participativa. O processo de apresentação e seleção dos projetos a implementar, também se tem demonstrado muito participativa, visível e assinalável na comunidade.

Está-se a atribuir um poder de decisão em prol das necessidades identificadas pelos próprios cidadãos.

Face ao exposto, considero que a implementação de um processo que originasse a participação dos munícipes no Orçamento do Município com um OP, resultavam inúmeras vantagens para o poder político autárquico e população em geral.

Fortalecimento da Democracia

Confiança maior na gestão do poder local;

Aproximação dos eleitos aos cidadãos que os elegeram, num período em que as desconfianças do poder político são elevadas e com um afastamento evidente dos cidadãos da política;

Num período de crise financeira, é necessário maior participação e transparência entre quem gere os recursos públicos e os seus destinatários (munícipes).

Abertura das estruturas dos municípios que ainda se mantêm demasiado herméticas; A intervenção dos técnicos e outros elementos no processo de elaboração do OP revelam essa abertura;

Em Suma:

O Orçamento Participativo tem-se revelado um instrumento poderoso para estabelecer a confiança, aproximação e entre os cidadãos e o poder local.

Ata N.º 05/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

É o Pensar o “Bem Coletivo” em conjunto com aqueles que beneficiam dele: Os cidadãos..

Aguardo que esta reflexão em forma de sugestão para o executivo, aqui representado pelo Sr. Presidente e Vice-Presidente da Câmara e vereadores, tenha a persecução / implementação desejada no próximo ano na elaboração do Orçamento de 2017.”

----- O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecer/responder as questões levantadas.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu/respondeu como segue: -----

“Quanto à gestão participativa e transparência na decisão, deixo já o compromisso de que para o próximo ano faremos o orçamento participativo, para que os munícipes venham ao encontro e haja maior interação com o povo para percebermos o que é mais importante. Se a política do alcatrão, que me parece que para muitos ainda o é ,ou se a política do desenvolvimento cultural, económico e social, da modernidade e da inovação. Julgo que as pessoas ainda estão muito enraizadas e que ainda não têm uma visão a nível Municipal e de olhos postos no futuro.

Relativamente à questão da eficiência energética, da qual tenho vindo a dar conhecimento à assembleia. É do conhecimento de todos que a Câmara tinha um projeto candidatado através da Comunidade Intermunicipal ao POV, devidamente aprovado e hoje devidamente adjudicado para execução imediata, porque este projeto tem de estar física e financeiramente executado até 31 de dezembro do corrente ano. O tempo urge, mas julgo que, na próxima semana a equipa vem para o terreno para a colocação de quinhentas e oitenta luminárias led em todo o concelho. Os critério de colocação, foi o dos PT's que tinham o custo mais elevado, que serviam mais pessoas, provocando assim eficiência energética, redução de custos e melhoramento das condições da população.

Quanto à legalização de aviários, assunto que irá ser tratado mais à frente nesta reunião. Todos sabem da importância deste setor para o município. Neste momento somos o terceiro ou quarto município do distrito de Viseu com maior produção avícola, que envolve milhares de euros. Posso dizer-vos que em termos de PRODER nos últimos quatro ou cinco anos este setor envolveu, no concelho de Vila Nova de Paiva um investimento público e privado de cerca de quinze milhões de euros.

O que a autarquia tem de fazer apreciar os projetos de arquitetura respeitando os instrumentos de gestão territorial, mas sempre na defesa dos investidores não comprometendo o cumprimento da lei, do meio ambiente e da saúde pública. Quem

licencia a atividade é a entidade coordenadora que é a Direção Regional da Agricultura.

Quanto ao alerta sobre deficiências na circular nascente (ligação do lar de idosos á rotunda da praia, irei de imediato contactar os serviços para que averigüem da situação por forma a resolver o problema de segurança focado pelo membro Sr. José Manuel Correia Alves.”

----- ORDEM DO DIA -----

----- a) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal do dia 28 de setembro do ano de 2015, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 28 de setembro do ano de dois mil e quinze. -----

----- b) Proposta de Aprovação Definitiva do Projeto de Regulamento de Gestão, funcionamento e Utilização das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva – Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal datada de 03 de novembro, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 06 de novembro.-----

----- Foi presente á reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 03 de novembro, aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 06 de novembro, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) Por deliberação da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva tomada na reunião ordinária que teve lugar no passado dia 7 de agosto de 2015, foi aprovado o Projeto do Regulamento de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva, e submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias, nos termos previstos no art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e em obediência ao princípio da participação consagrado no art.º 12.º do CPA.

b) O Projeto do Regulamento foi publicado pelo Edital n.º 813/2015 na 2.ª Série do Diário da República n.º 169, de 31 de agosto de 2015, e apostado no sítio da Internet do Município, tendo o prazo da consulta pública decorrido até ao passado dia 30 de setembro de 2015, constatando-se não terem sido apresentadas quaisquer sugestões.

Nessa conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere

Ata N.º	05/2015
Livro N.º	Folha N.º
6	

aprovar, em proposta, o Projeto do Regulamento de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva, constante em Anexo, para submissão à apreciação e aprovação definitiva pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, para posterior publicação na 2.ª Série do Diário da República, conforme art.º 139.º do CPA.”

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Câmara e aprovar em definitivo o Regulamento o referido Regulamento.-----

----- **c) Proposta de Aprovação Definitiva do Projeto da 5.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro –** Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal datada de 03 de Novembro, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 06 de Novembro de 2015.-----

----- Foi presente á reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 03 de novembro, aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 06 de novembro, do seguinte teor integral:-----

Considerando que:

a) Por deliberação da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva tomada na reunião ordinária que teve lugar no passado dia 7 de agosto de 2015, foi aprovado o Projeto da 5.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, e respetiva fundamentação económico-financeira das taxas referente à taxas de utilização das instalações das piscinas municipais, e submetidos a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias, nos termos previstos no art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e em obediência ao princípio da participação consagrado no art.º 12.º do CPA.

b) O Projeto da 5.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas, e fundamentação económico-financeira, foram publicados pelo Edital n.º 814/2015 na 2.ª Série do Diário da República n.º 169, de 31 de agosto de 2015, e apostados no sítio da Internet do Município, tendo o prazo da consulta pública decorrido até ao passado dia 30 de setembro de 2015, não ter sido apresentadas quaisquer sugestões.

Nessa conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere

aprovar, em proposta, o Projeto do Regulamento de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva, constante em Anexo, para submissão à apreciação e aprovação definitiva pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, para posterior publicação na 2.ª Série do Diário da República, conforme art.º 139.º do CPA.”-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveu-se e usou da palavra o Sr. José Manuel Correia Alves, que referiu o seguinte:-----

“Mais uma vez trago á colação a necessidade de se prever uma taxa de licenciamento reduzida para a reconstrução/melhoramento de imóveis degradados, bem como a consagração de medidas específicas em Regulamento Municipal, que diminuam a carga burocrática e exigência de projectos em prédios urbanos com idade superior a 30 anos. Esta situação deveria ainda ser cumulativa com a possibilidade de redução da taxa de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) por via da sua redução sobre o valor patrimonial tributário dos imóveis antigos que fossem beneficiados de forma a terem condições de habitabilidade e boa imagem pública com a recuperação de fachadas, situação já anterior e oportunamente por nós proposta.

Desta forma o Município teria uma política integrada e sustentada de incentivo á recuperação de imóveis degradados fomentando, dentro das suas possibilidades, a renovação do parque habitacional existente.”

----- O Sr. Presidente da Câmara prestou o seguinte esclarecimento:-----

“Em face da intervenção do Membro Sr. José Manuel Correia alves, é do conhecimento geral que já consta desde 2010 uma acção no nosso programa para reabilitação do património degradado. Mas quero dizer-lhe também que até ao final de 2015 vamos ter concluído o novo regulamento municipal de Urbanização e edificação. A lei geral nesta matéria tem tido alterações muito significativas, uma das quais, é a possibilidade no período transitório de sete anos, e para edifícios com mais de trinta anos, os processos de requalificação são simplificados, não necessitando de cumprir várias exigências do PDM, como por exemplo: altura, acesso a deficientes, questões de eficiencia energética e outras especialidades.

Mas nós queremos ir mais longe, estamos a preparar o novo Regulamento de edificações, não só para o conformar com aquela legislação especial, mas com outras que têm saído, sempre com sentido de apoiar as municipes na reabilitação dos edifícios. Todos nós já percebemos que a construção nova começa a ser algo penalizada porque o PDM e as polícas atuais não para construir novo, mas sim para a reabilitação. È importante olharmos para o centros das aldeias que estão a ficar completamente desertos. Julgo que o problema da reabiltação de edifícios não é o

Ata N.º	05/2015
Livro N.º	Folha N.º
6	

valor da taxas até porque estas têm sido reduzidas em 50%, o verdadeiro problema tem sido a burocracia.”

----- Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto da ordem do dia o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a 5.ª alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas.-----

----- **d) Criação de medidas excecionais de estímulo ao desenvolvimento das atividades económicas, ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, para o ano de 2016, no âmbito das operações urbanísticas**– Proposta datada de 03 de novembro, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 06 de novembro de 2015. -----

----- Foi presente á reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 03 de novembro, aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 06 de novembro, do seguinte teor integral:-----

Considerando que:

a) A Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em sessão ordinária que teve lugar no dia 15 de dezembro de 2014, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada no dia 21 de novembro de 2015, deliberou aprovar medidas excecionais de estímulo ao desenvolvimento das atividades económicas, ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, para vigorarem no ano de 2015, que se traduziu na redução, para metade, do valor das taxas urbanísticas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, alterado pelo Edital n.º 427/2011 publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 89, de 9 de maio de 2011, à exceção das taxas previstas nos capítulos I e XXII, e na redução para 10% do agravamento de taxas a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º do mesmo Regulamento.

b) Aquelas medidas entraram em vigor em 1 de janeiro de 2015, sendo publicitadas através do Edital n.º 62/2015 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 14, de 21 de janeiro de 2015.

c) Em 31 de dezembro de 2015 caducam aquelas medidas excecionais, que até à presente data se traduziram numa poupança para os agentes económicos no âmbito das taxas urbanísticas no valor de

d) Importa ainda no contexto da atual conjuntura socioeconómica, e ao nível da economia local, equacionar a renovação de tais medidas excecionais, por forma a

continuar a dar algum estímulo ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, bem como ao desenvolvimento das atividades económicas.

e) A Assembleia Municipal é o órgão com competência regulamentar para a criação de taxas municipais, bem como para a fixação dos respetivos quantitativos, como estipula o n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, conjugado com alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º do atual regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, competindo à Câmara Municipal a elaboração e submissão das mesma à aprovação daquele órgão deliberativo como estabelece a alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do mesmo regime.

Nesta conformidade, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta, para submissão à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º da mesma lei, nos termos que se seguem:

1.º) Autorizar a redução para dez por cento, do agravamento de taxas a que se refere o n.º 2 do art.º 31.º do Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, a aplicar nos processos de operações urbanísticas requeridos a partir de 1 de janeiro de 2016, e durante todo este ano.

2.º) Autorizar a redução para metade do valor das taxas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, à exceção das taxas previstas nos capítulos I e XXII, a aplicar nos processos de operações urbanísticas requeridos a partir de 1 de janeiro de 2016, e durante todo este ano.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos sobre a sua proposta.-----

----- Não Tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

*----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta acima transcrita.-----*

*----- **e) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da taxa de IMI dos prédios urbanos para vigorar em 2016** – Proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 02 de outubro. -----*

Ata N.º 05/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- Foi presente á reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 28 de setembro e aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 02 de outubro, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. O art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, estabelece o valor das taxas do IMI aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte, que atualmente, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do referido art.º 112.º, varia de 0,3% a 0,5%.

2. Nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do referido art.º 112.º, em conjugação com a alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios, por deliberação da assembleia municipal sob proposta da câmara municipal, definem anualmente o valor das taxas do IMI aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte, de entre os limites acima referidos, podendo as taxas ser fixadas por freguesia.

3. O n.º 13 do art.º 112.º do CIMI, aditado pelo art.º 213.º da Lei do Orçamento do Estado para 2015 aprovada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, em vigor desde 1 de janeiro de 2015, veio criar o designado “IMI Familiar”, determinando que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa do IMI que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no art.º 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com o número de dependentes, nos seguintes termos: redução da taxa de IMI até 10% no caso de um dependente, até 15% com dois dependentes e até 20% se com três ou mais dependentes.

4. De acordo com o n.º 14 do art.º 112.º do CIMI, as deliberações da assembleia municipal devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas na alínea c) do n.º 1 artigo 112.º, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro.

5. A mesma AT, através da Circular n.º 9/2015, de 28 de agosto de 2015, veio esclarecer que o benefício no âmbito do referido “IMI Familiar” deliberado pelos municípios é aplicado automaticamente a todas as famílias com filhos que residam nos municípios que vierem a adotar esta redução de taxa, eliminando assim quaisquer

custos de contexto, quer para as famílias, quer para os municípios, devendo igualmente a decisão dos municípios ser comunicada à AT, por transmissão eletrónica de dados, até 30 de novembro do ano a que o imposto se refere.

6. Tal medida governativa de criação do “IMI Familiar” pretende, por um lado, atenuar a redução dos rendimentos das famílias, e, por outro lado, combater uma crise demográfica grave decorrente da muito baixa taxa natalidade.

Assim, em consequência, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibere submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º, do mesmo regime, a seguinte proposta:

a) Fixação da taxa do IMI para vigorar na área do Município de Vila Nova de Paiva no ano de 2016, pela taxa mínima prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 112.º do CIMI, ou seja, a taxa de 0,3%.

b) Fixar as seguintes taxas de redução do IMI, ao abrigo e nos termos do n.º 13 do art.º 112.º do CIMI, aditado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro:

- Redução do IMI em 10%, no caso de um dependente a cargo;*
- Redução do IMI em 15%, no caso dois dependentes a cargo; e*
- Redução do IMI em 20%, no caso de três ou mais dependentes a cargo.”*

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

O Srs. José Manuel Rodrigues, usou da palavra para referiu o seguinte “Para maior celeridade da intervenção vou direto ao assunto...

Relativamente a este ponto de análise/ discussão e aprovação, quero aqui referir 2 pontos que considero pertinentes na análise do enquadramento do IMI no território do município e 2 questões s/ a implementação do IMI Familiar em 2016.

Ponto I – Referir que é de salutar e realçar a manutenção da taxa de imposto (0.3%), mínima possível de acordo com o Decreto-lei 287/2003 e alterações seguintes, no território do município. Apesar das reduzidas receitas próprias geradas pelo município, o executivo tem mantido a taxa de IMI nos níveis mais favoráveis.

É certo que a reavaliação de imóveis implementado pós 2011, originou um acréscimo significativo na base de tributação deste imposto e, conseqüente aumento da receita por esta via, mas se a situação económico financeira do município não o permitisse, seria aqui que o executivo entrevia para reforçar receitas por via de acréscimo de taxa.

Ata N.º	05/2015
Livro N.º	Folha N.º
6	

Até ao momento, não foi opção (própria ou imposta), situação já implementada noutros concelhos do país.

Assim num período de ainda difícil situação económica financeira do país e de dificuldades ainda evidente nas famílias, este enquadramento é o mais favorável que o município poderia apresentar para todos quantos são detentores de imóveis no território do município.

Ponto II – Ao referido no ponto anterior, acresce ainda a implementação do IMI Familiar, enquadramento aqui proposto anteriormente ao executivo para implementação pelo executivo em 2016

Realço a recetividade a essa proposta e a votação unanime do executivo, na sua reunião de 2/10/2015.

A finalidade e benefícios da implementação desta medida, nas famílias que tenham a seu cargo dependentes é ainda mais favorável e premeia gradualmente os agregados familiares com 1 e mais filhos, conforme já referido aqui pelo Sr. Presidente na apresentação da medida.

Esta medida tem impacto financeiro positivo na redução dos impostos das famílias, detentoras de imóveis no concelho, para habitação própria e permanente e com dependentes a seu cargo.

É possível a sua adoção considerando a capacidade das contas do município suportarem a redução das receitas próprias por esta via.

E as 2 questões que tenho para o Executivo são as seguintes:

Questão I – Qual o impacto financeiro (redução de receitas) do município em valor com a implementação do IMI Familiar.

Pela análise da verba orçamentada para a rubrica de Receitas Impostos Municipal s/ Imóveis para 2016 e comparando com a que foi orçamentada para 2015, o valor é exatamente o mesmo: 650.000€.

Não existe qualquer impacto no valor orçamentado. Qual a razão?

Qual o valor adstrito a esta medida?

Houve, com certeza estudo prévio dos impactos desta medida nas contas para 2016.

Questão II – Se esta medida é implementada para beneficiar as famílias com dependentes, solicitava informação de quantas famílias serão abrangidas no concelho pela implementação do IMI Familiar.”

----- O Sr. José Manuel Correia Alves pronunciou-se nos seguintes termos:-----

“Quanto á questão do IMI familiar e tendo em conta o impacto nas receitas municipais dessa medida, que nós apoiamos, alertamos para a necessidade de

correção da previsão de receita para 2016, uma vez que já a própria execução o ano 2015 esteve abaixo do previsto e que além dessa medida se deverá terem contar a diminuição do imposto a cobrar por via da diminuição dos coeficientes de localização que estão a ser revistos no novo zonamento para 2016 e anos seguintes.”

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, informou que o valor da redução do IMI em função do número de filhos do agregado familiar será de cerca de seis mil euros, valor pouco significativo que, de acordo com a informação das finanças abrangerá cento e setenta e oito famílias com um filho, cento e sessenta e seis com dois filhos e dezasseis com três ou mais filhos. Referiu também que não há necessidade de correção do orçamento para 2016, uma vez que este benefício só terá repercussão no orçamento de 2017.-----

Prestados os esclarecimentos e não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da mesa colocou a proposta do executivo a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta acima transcrita.-----

----- **f) Autorização prévia genérica de assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2016 no âmbito da LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 3 de novembro, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 6 de novembro de 2015 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente á reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 03 de novembro, aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 06 de novembro, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) De acordo com o disposto no n.º 1, conjugado com o n.º 6, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou em anexo o Código dos Contratos Público (CCP), a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargos plurianuais, isto é, a encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de bens e serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

i) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, como é o caso das Grandes Opções do Plano (GOP) nos Municípios; ou

Ata N.º 05/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

ii) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (20.000 contos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

b) Acontece, porém, que a alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, doravante designada de LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, estabelece que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita aos municípios, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

c) Por sua vez, o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, que regulamenta a citada LCPA, vem dispor, no que diz respeito aos municípios, que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela Assembleia Municipal poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP), excetuando-se os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa.

d) Como por força do art.º 13.º da LCPA, o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da mesma LCPA, prevalece sobre o referido n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para o ano de 2016 há necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no n.º 1 daquele art.º 22.º.

Assim, face ao exposto, e por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do setor público administrativo, sendo um procedimento já adotado neste Município nos exercícios transatos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta nos termos que se seguem:

1.º – Para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, que seja dada autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor; ou

b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2.º – A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá ter lugar quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA, e respetiva regulamentação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3.º – A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, dentro dos limites legais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 que antecede, até ao montante permitido por lei no âmbito do regime de contratação pública.

4.º – O regime de autorização prévia ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2 que antecedem a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

5.º – Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser apresentada pelo Presidente da Câmara informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

6.º – A presente deliberação deverá ser submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

----- O Sr. Presidente da Câmara justificou a sua proposta .-----

----- Abertas as inscrições para intervenção neste ponto da ordem do dia, e não tendo havido inscrições, o Sr. Presidente colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe. -----

----- **g) Grandes Opções do Plano e orçamento para o ano financeiro de 2016 –** Aprovados em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 30 de outubro de 2015 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente á reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 22 de outubro, aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 30 de outubro, do seguinte teor integral:-----

“Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL)

Ata N.º 05/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho.

De acordo com o n.º 1 do art.º 45.º do referido RFAL, a câmara municipal tem que apresentar à assembleia municipal, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, devendo incluir os elementos referidos no art.º 46.º do mesmo regime.

Na elaboração da proposta do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano (GOP) para o exercício de 2016, foram tidas em consideração as transferências do Orçamento do Estado para 2016 previstas no Mapa XIX da Lei do Orçamento do Estado para 2015 aprovada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, dado não ter sido ainda apresentada a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2016.

Apesar dos constrangimentos financeiros que ainda se fazem sentir por força da conjuntura económica o Município continuará a prosseguir as suas atribuições, definindo as prioridades que entenda relevantes para o futuro das suas populações, acautelando os meios de que dispõe e procurando ativamente outras fontes de financiamento, nacionais e comunitárias.

O Orçamento Municipal proposto importa quer do lado da receita quer do lado da despesa em € 9.842.724,00.

No âmbito dos investimentos a realizar previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) integrado nas Grandes Opções do Plano (GOP), muito irá depender da capacidade do Município se cofinanciar, nomeadamente através da captação de fundos nacionais e comunitários, quer ainda no âmbito dos fundos estruturais no âmbito do novo quadro de apoio comunitário Portugal 2020.

De referir que de acordo com o n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada com base na aplicação de um percentual sobre a fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, é aprovada anualmente pelo Município até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência.

Por sua vez, o n.º 1 do art.º 8.º do mesmo Regulamento n.º 890/2010 dispõe que os valores das taxas municipais previstas na Tabela de Taxas, anexa ao referido Regulamento, podem ser atualizados em sede de orçamento anual de acordo com a taxa de inflação, utilizando-se para o efeito a taxa de variação média dos últimos doze

meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC), exceto habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, com referência ao mês imediatamente anterior ao da elaboração do Orçamento Municipal.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:

a) Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprovar, em proposta, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Municipal para o ano de 2016, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal;

b) Ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter em 0,25% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o exercício de 2016;

c) Ao abrigo do n.º 1 do art.º 8.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter, para o exercício de 2015, o valor das demais taxas municipais, atendendo à atual conjuntura económica que ainda continua a afetar as famílias e as empresas.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, fez uma análise detalhada às GOP e ao Orçamento, tendo justificado ponto por ponto as opções inscritas e justificando a forma de financiamento a obter e algum já garantido. Referiu que neste Plano e orçamento está vertido um novo paradigma que se deve às opções do Quadro Comunitário 2020.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os membros a seguir mencionados: -----

----- O Sr. Mário Morgado, referiu o seguinte: “O senhor presidente apresenta nos hoje o orçamento para 2016, um orçamento na mesma linha dos apresentados anteriormente, com rigor, com seriedade e sempre com a mesma preocupação que é fazer uma boa gestão deste município sem nunca perder o sentido principal a atenção das preocupações de todos os paivenses.

Neste sentido trazia aqui uns pedidos de esclarecimentos que a meu ver me parecem importantes.

1 - Centro da ciência viva Demo 2500 euros - especificações do programa;

2 - Programa de reabilitação de habitação antigas degradadas - em que consiste? Quais as habitações? em que localidades?

3 - Aquisição de imóveis para instalação de serviços, quais são os serviços ? É a loja do cidadão?

4 - Rua central do Touro, é este ano senhor presidente?

5 - Rua do aviários do tio Francisco direito, com ligação a rua da almoinha,

Ata N.º	05/2015
Livro N.º	Folha N.º
6	

compor a ponte do prado, penso que é uma necessidade, pois desvia os camiões do centro da aldeia.

6 - Para terminar deixava uma provocação/sugestão por que não a implementação do Orçamento participativo, para o próximo orçamento, ou quiça na próxima revisão de orçamento ?”

----- O Sr. José Manuel Rodrigues, fez a seguinte apreciação aos documentos de gestão para o ano de 2016: -----

“ Em primeiro lugar quero referir duas considerações:

1.º - O Sr. Presidente referiu no comentário que fez à pouco sobre a taxa de execução orçamental, que de facto tem vindo a evoluir ano após ano, e que atualmente até já é aceitável, considerando que são orçamentos público. Analisei a ata de aprovação deste Plano e orçamento pelo Executivo e considerei-a muito pobre face às informações que estão lá refletida.

2.º No Orçamento para 2016 há cerca de 560 mil euros a mais que no do ano de 2015, que representa um acréscimo de 6%.

As receitas correntes foram privilegiadas em detrimento das receitas de capital e consequentemente como é obvio, também há um aumento das despesas correntes e uma diminuição das despesas de capital na ordem de um milhão e trezentos mil euros, isto é de salutar e tem a ver com uma prioridade ou outras situações que basicamente obras. Há áreas que estão referidas na ação social do orçamento, eventuais projetos que possam ser apresentados no âmbito do Portugal 2020. É a lógica das situações, é a uma coerência. Estou perfeitamente de acordo com aquilo que está aqui referido, sendo certo que, espero que o orçamento no próximo ano tenha os níveis de execução que previsivelmente o orçamento do corrente ano irá atingir considerando os dados que nos têm vindo a ser apresentados.

Posto isto, queria referir apenas três ou quatro pontos para terminar, e que de certa forma se resumem àquilo que eu entendo que está quer no orçamento quer nas grandes opções do Plano, cujos números foram já referido pelo Sr. Presidente. Apesar de toda a imprevisibilidade da conjuntura económica, da qual ainda não temos grandes evidências do que vai acontecer, apenas há algumas indicações. Este orçamento tem já incluídas rubricas em temas importantes para os munícipes e sua qualidade de vida. É um orçamento que vai ainda ter alguma imprevisibilidade na conjuntura económica, como referiu o Sr. Presidente da Câmara da existência de projetos que poderão ser apresentados/candidatados mas que neste momento ainda não há uma certeza absoluta, até porque o quadro Comunitário Portugal 2020 ainda não está totalmente em execução.

Há aqui uma preocupação que deve ser minha e que deve ser de todos, presumo que seja também do Executivo da Câmara, e que tem a ver com a captação de investimento para o Concelho, com maior dinamismo quer dos autarcas quer dos agentes económicos, como é obvio identificando e influenciando a oportunidade de investimento no território, proporcionando condições favoráveis de expansão de empresa. É evidente que aqui não queremos empresas de grande dimensão, pequenas e médias empresas é o que julgo que é a lógica de funcionamento do tecido empresarial no concelho.

Depois, vemos neste orçamento também medidas que visam a promoção da qualidade de vida das pessoas, algumas das quais já contempladas nas GOP que foram aqui referidas e que representam de acordo com o orçamento global na ordem dos 30% do orçamento, três milhões e duzentos e quarenta e oito mil euros.

Também vemos aqui uma intervenção no domínio social quer por via do apoio às famílias que já foi aqui referido várias vezes com alguns processos que já estão a ser implementados, como o IMI familiar, apoio à natalidade, e outras como no movimento associativo, recreativo, cultural e humanitário, tudo isto são funções sociais.

Existe aqui de facto manutenção da ação social, uma manutenção e reforço da ação social na área escolar aplicada já Há alguns anos no Município

Neste quadro de restrições orçamentais que ainda vamos continuar a ter de certeza absoluta, existe aqui uma oportunidade como o Sr, Presidente referiu e que é o Quadro de Apoio e com as respetivas candidaturas que o Município poderá fazer, terá de certeza a capacidade de obter investimento para o território. Espero que de facto este Executivo Municipal apresente uma determinação de transformar os desafios que se encontram neste orçamento em oportunidades com vista à construção de um território moderno, próspero, atrativo e com crescimento económico e demográfico para sustentar o bem-estar de todos que, se repercutirá como é obvio na felicidade da população, que é o que todos nós alvejamos.

----- Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu como segue: -----

“ O Sr. José Manuel falava e muito bem, que este orçamento espelha muita ambição, mais quinhentos e sessenta mil euros que o de 2015, em tempo de algum abrandamento Eu até fui dizendo e usei a expressão “cuidado que estamos a por a crista de fora”, mas aqui é fácil de perceber, é que hoje também aqui temos um outro

Ata N.º	05/2015
Livro N.º	Folha N.º
6	

documento que está assinado por mim, na qualidade de Presidente da Comunidade Intermunicipal, e pela Comissão de Coordenação de desenvolvimento Regional do Centro, que é o Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, que nos dá um alto conforto, nele estão elencados um conjunto de projetos já devidamente negociados e contratualizados através de fundos comunitários, e que para Vila Nova de Paiva rondam num milhão duzentos e oitenta mil euros.

Qual é a ambição do Presidente e do Executivo ? E estarmos em 2015 e termos contratualizada em Agosto este pacto de coesão, e abrir os concurso já no imediato. Se temos necessidades e se temos recursos há que avançar e tentar fazer quilo que acharmos mais conveniente para a melhoria da qualidade de vila das nossas populações, que felizmente ainda vão resistindo nas nossas terras. Mas obviamente com um novo paradigma, como a educação, a inclusão social, a regeneração do património, a proteção dos nossos recursos naturais e patrimoniais, eficiência energética dos nossos edifícios e da iluminação publica. Eé para isso que está vocacionado o novo quadro comunitário e é disso que nós também temos que nos convencer. Começamos a ter algumas infraestruturas a mais e neste momento temos que nos virar para a sustentabilidade. Quando falo em sustentabilidade, não estou a falar em dinheiro, estou a falar de atividades para a infraestruturas que possuímos, sejam elas desportivas, culturais ou outras. É importante dar uso aos edifícios, ter pessoas motivadas, com as escolas, com bandas, com recreio e com cultura pois só assim é que uma sociedade evolui. É este novo paradigma que temos que abraçar para fazer coisas novas.

Quanto à intervenção do membros Sr. Mário Morgado, o Sr. Presidente informou do seguinte: -----

O Centro de Ciência Viva do Demo é uma das medidas de educação ambiental que está prevista e contratualizada na prioridade 10.1, possuímos as infraestruturas no Parque Botânico Arbutos do Demos, surgiu esta oportunidade financiamento temos que agarrar na juventude, na comunidade científica e fazer daquele Parque um Centro de Ciência Viva, isto é dentro daquilo que nos é autóctone, que nos é genuíno e dar vida ao espaço e obviamente enriquecermos as pessoas.

A questão das habitações degradadas, sempre foi um propósito meu, até porque está aqui uma medida que já vem desde 2010 que passa por uma boa adaptação do nosso regulamento de edificações à legislação atualmente em vigor. Mas nós queremos ir mais longe e quando se fala nestas habitações antigas degradadas, o importante obviamente que é preservar porque é o nosso património, as nossas memórias, as casas dos nossos pais, dos nossos avós. Queremos ir mais além dando

incentivos para essas recuperações, quer monetários quer fiscais, pois só assim se motivam as pessoas.

Quanto à aquisição de imóveis para serviços, obviamente que esta rubrica tem de estar sempre prevista e dotada. Não é para a Loja do cidadão, porque se tivermos alguma habilidade somos capazes de arranjar uma boa solução para a implementar em edifícios que a Câmara já possui e que se os abrirmos para o efeito para o qual foram concebidos não são sustentáveis, como por exemplo a biblioteca. O edifício da biblioteca poderá albergar serviços dos vários Ministérios desde que eles se entendam e não sacrifiquem o Município. Pode estar ali a solução para termos cultura mas também para termos serviços públicos em zonas de mobilidade e de urbanidade que estão praticamente concluídas.

Quanto à Rua Central, Pontão da Lameira e Rua da Almoínha, no Touro, como se pode constar estão contempladas nas GOP e Orçamento e são para executar, até porque se falamos em regeneração temos de agir no miolo das aldeias. A Rua Central é para começar em março dentro de um projeto abrangente com boas infraestruturas, começando no Lugar de Sarzedo e dar a volta pela Lameira. Quanto á Rua da Almoínha, posso dizer que para além da Rua da Santa Ana que era para começar já esta semana, está também adjudicada. Essa Rua dará mobilidade externa à freguesia do Touro.

A nossa estratégia de ação foi e é aproveitar fundos comunitárias sem os quais não seria possível fazer estas obras de referência.”

----- E não havendo mais inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou a votação os documentos de gestão acima identificados.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos membros Srs. José Manuel Correia Alves, Rosa Cristina Clara Alves Pinto, Paula Cristina Sá Nascimento e Rosa Maria Santos, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016, bem como, o demais proposto pela Câmara Municipal e acima transcrito.-----

----- **h) Mapa do Pessoal do Município para o ano de 2016**, aprovado em reunião extraordinária do dia 30 de outubro de 2015 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta aprovada em 30 de outubro de 2015 pela Câmara Municipal, do seguinte teor integral:-----

“ 1. De acordo com os n.ºs 1 e 2 do art.º 1.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, a LTFP é

Ata N.º	05/2015
Livro N.º	Folha N.º
6	

aplicável à administração direta e indireta do Estado e, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços da administração regional e da administração autárquica.

2. De realçar que de acordo com o n.º 2 do art.º 44.º do diploma preambular da LTFP, o novo regime não prejudica a vigência de normas da lei do orçamento do Estado em vigor.

3. Os municípios dispõem de mapas de pessoal anuais, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução (n.º 1 do art.º 29.º da LTFP), devendo o mapa de pessoal conter a indicação do número de postos de trabalho de que o município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, e com a caracterização prevista no n.º 2 do mesmo artigo.

4. Como resulta da aplicação conjugada do n.º 4 do art.º 29.º da LTFP, com a alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro, o mapa de pessoal é aprovado pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, juntamente com a proposta de orçamento municipal.

5. Para efeitos da orçamentação e gestão das despesas com o pessoal para o ano de 2016, compete à câmara municipal, ainda nos termos do disposto no art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, cotejado com o art.º 31.º, n.º 1, da LTFP, prever as verbas destinadas a suportar os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções, bem como decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos (se legalmente admissível):

a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado e, ou;

b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, se legalmente

c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores da Câmara Municipal.

6. O Mapa de Pessoal proposto em anexo está desdobrado em função das unidades orgânicas e demais serviços previstos na estrutura orgânica flexível em vigor aprovada pela Deliberação n.º 74/2013 publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 8, de 11 de Janeiro de 2013, na sequência da adequação da estrutura

orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, conjugada com as disposições do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

7. No quadro seguinte apresenta-se a evolução do número de trabalhadores ao serviço do Município desde 1 de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2014, bem como a sua previsão para 31 de dezembro de 2015:

	Número de trabalhadores	31.12. 2008	31.12. 2009	31.12. 2010	31.12. 2011	31.12. 2012	31.12. 2013	31.12. 2014	31.12. 2015
(1)	Trabalhadores transitados em 01.01.2009 do regime de nomeação definitiva para o regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	82	81	79	76	75	73	71	68
(2)	Trabalhadores contratados por tempo indeterminado após 01.01.2009	0	0	43	46	47	48	48	46
(3)	Trabalhadores em regime de trabalho por tempo indeterminado = (1) + (2)	82	81	112	122	122	121	119	114
(4)	Contratados a termo resolutivo certo	61	56	20	1	9	0	0	0
(5)	Contratados a termo resolutivo incerto	0	0	0	5	5	5	5	5
(6)	Total de trabalhadores = (3) + (4) + (5)	143	137	132	128	136	126	124	119

8. De referir que aderiram ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local, regulamentado pela Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, os seguintes quatro trabalhadores municipais:

– Aida da Fonseca Ferreira, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a tempo parcial, integrada na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional, afeta à Unidade Social e Cultural (USC) – Autorizada a rescisão por deliberação da Câmara Municipal de 7 de novembro de 2014, tendo cessado funções em 11 de novembro de 2014;

– Hermínia Marques Rodrigues, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a

Ata N.º 05/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

tempo parcial, integrada na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional, afeta à Unidade Social e Cultural (USC) – Autorizada a rescisão por deliberação da Câmara Municipal de 7 de novembro de 2014, tendo cessado funções em 11 de novembro de 2014;

– Horácio Manuel de Sousa Leal, detentor de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitado da nomeação definitiva), integrado na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional, afeto à Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) – Autorizada a rescisão por deliberação da Câmara Municipal de 7 de abril de 2015, tendo cessado funções em 30 de abril de 2015;

– Teresa Cristina Morgado Afonso, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitada da nomeação definitiva), integrada na carreira geral de assistente técnico, com a categoria de assistente técnico, afeta à Unidade Social e Cultural (USC) – Autorizada a rescisão por deliberação da Câmara Municipal de 15 de maio de 2015, tendo cessado funções em 15 de junho de 2015.

9. Foram reduzidos ao mapa de pessoal os seguintes dois postos de trabalho que se encontravam ocupados pelos trabalhadores que também se indicam, decorrente da aplicação do instituto da mobilidade:

– Margarida Sofia de Matos Dias, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitada em 1 de janeiro de 2009 da nomeação definitiva), integrada na carreira geral de técnico superior, com a categoria de técnica superior (área de psicologia) – Por n/ Despacho de 17 de agosto de 2015, a solicitação do Município da Lousã, autorizada a mobilidade na categoria da referida trabalhadora para aquele município, por um período de dezoito meses, com efeitos desde 14 de setembro de 2015, ao abrigo do n.º 2 do art.º 93.º, e n.º 1 do art.º 97.º, da LTFP;

– Jaime Soares Ferreira, detentor de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitado da nomeação definitiva), integrado na carreira geral de técnico superior, com a categoria de técnico superior (área de engenharia civil), afeto à Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) – Por n/ Despacho de 26 de outubro de 2015, a solicitação do Município de Castro Daire, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria do referido trabalhador no mapa de pessoal daquele município, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2015, ao abrigo da alínea a), do n.º 3 do art.º 99.º da LFTP, onde se encontrava desde 1 de maio de 2014 em

mobilidade interna na categoria, autorizado ao abrigo do art.º 62.º, n.º 1, da agora revogada LVCR, pelo período de dezoito meses.

10. Como se constata no quadro supra, prevê-se que em 31 de Dezembro de 2015 o Município de Vila Nova de Paiva contará com o total de 119 (cento e dezanove) trabalhadores ao serviço com vínculo de emprego público, sendo:

– 114 (cento e catorze) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 68 (sessenta e oito) transitaram em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva, e 46 (quarenta e seis) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado contratados após 1 de Janeiro de 2009, ao abrigo do então Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) aprovado em anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro; e

– 5 (cinco) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto (assistentes operacionais da área de sapadores florestais).

11. Não há pessoal com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

Não há atualmente qualquer procedimento concursal em curso.

12. O Mapa de Pessoal anexo, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, com a proposta de Orçamento Municipal, reflete as necessidades de pessoal para as atividades a desenvolver para o exercício de 2016, prevendo-se um posto de trabalho no âmbito do cargo de Chefe da DTOU, um posto de trabalho de técnico superior (área de direito) na DAF, um posto de trabalho de encarregado operacional na DTOU e dois postos de trabalho de assistentes operacionais (um na DTOU e outro na USC).

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar, juntamente com a Proposta de Orçamento Municipal para 2016, o Mapa de Pessoal anexo para vigorar no ano de 2016, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva de harmonia com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com o n.º 4 do art.º 29.º da LTFP e alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.”

----- Após vários esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara, e não tendo havido quaisquer inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou-o a votação.-----

Ata N.º	05/2015
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos membros Srs. José Manuel Correia Alves, Rosa Cristina Alves Pinto, Paula Sá e Rosa Maria Santos, aprovar o mapa de pessoal para o ano de 2016.-----

----- **i) Proposta de atribuição de apoio no montante de € 5.000,00 (cinco mil euros) à Junta de Freguesia de Queiriga para comparticipação nas despesas efetuadas com o calcetamento da Rua do Porto Ferreira, em Queiriga** – Proposta aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 30 de outubro - Apreciação e votação.-----

----- Não tendo havido inscrições para intervir neste ponto da ordem do dia o Sr. Presidente da Mesa, colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Queiriga para comparticipação da despesas efetuadas com o calcetamento da Rua do Porto Ferreira, na Queiriga.-----

----- **j) Proposta de regularização do Licenciamento de edifício destinado à exploração pecuária (aviário), propriedade de Rui Jorge Morais Pereira, sito no Lugar de Fontaínhas, na povoação da Cerdeira, da freguesia de Touro, ao abrigo do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2015, de 5 de novembro** – Processo n.º 104/2015 – Informação n.º PL-297/DTOU/15, de 11 de novembro de 2015 – Proposta de deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento/instalação em causa, nos termos e ao abrigo da alínea a), do n.º 4, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, atendendo à importância da manutenção dos postos de trabalho na localidade e à necessidade de conservação da dinâmica económica da freguesia onde está inserido, caracterizada pela desertificação e migração – Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 20 de novembro de 2015 – Apreciação e votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, reconhecer do interesse público municipal na regularização do estabelecimento/instalação em causa, nos termos e ao abrigo da alínea a), do n.º 4, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, atendendo à importância da manutenção dos postos de trabalho na localidade e à necessidade de conservação da dinâmica económica da freguesia onde está inserido, caracterizada pela desertificação e migração.-----

----- **Introdução de um ponto na ordem do dia da sessão:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia propôs à Assembleia a introdução na ordem do dia desta sessão o assunto a seguir indicado, o que foi aceite por unanimidade.-----

----- k) **Manuel Caldeira Santos, de Touro** – Por requerimento registado no dia **10 de novembro**, solicita a regularização do licenciamento de edificações destinadas à exploração pecuária (pavilhão agropecuário – aviário), sito no Lugar de Adomingueiros, da freguesia do Touro, ao abrigo do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro – Processo n.º 106/2015 – Informação n.º PL-309/DTOU/15, de 19 de novembro de 2015 – Proposta de deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento/instalação em causa, a apresentar à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal nos termos e ao abrigo da alínea a), do n.º 4, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, atendendo à importância da manutenção dos postos de trabalho na localidade e à necessidade de conservação da dinâmica económica da freguesia onde está inserido, caracterizada pela desertificação e migração - Proposta aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 27 de novembro de 2015 – Apreciação e votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, reconhecer do interesse público municipal a regularização do estabelecimento/instalação acima identificado, nos termos e ao abrigo da alínea a), do n.º 4, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, atendendo à importância da manutenção dos postos de trabalho na localidade e à necessidade de conservação da dinâmica económica da freguesia onde está inserido, caracterizada pela desertificação e migração. -----

----- **l) Informação sobre a atividade municipal** nos termos nomeadamente do art.º 25º, n.º 2, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- Conhecimento dos textos das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas no período compreendido entre 23 de junho e 27 de setembro; -----

----- Conhecimento da situação financeira do Município, através dos mapas do controlo orçamental da receita e da despesa com reporte ao período de 23 de junho a 25 de setembro, extraídos do Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), em uso na Divisão de Administração e Finanças (DAF); -----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar. Não houve qualquer questão ou pedido de esclarecimento colocada ao Sr. Presidente da Câmara.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Ata N.º 05/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

[illegible]